

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2025/2026

Pelo presente instrumento, firmam CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de um lado o SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA – **SINDSUPER**- CNPJ Nº 01.573.537/0001-03, e do outro lado, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE **VALENÇA** - BA, CNPJ Nº13.071.147/0001-14, neste ato representado por seus Presidentes, GABRIEL NASCIMENTO DA COSTA, brasileiro, divorciado, residente nesta capital, portador do CPF nº. 796.552.035-49 e ADESÔN DA SILVA DE MATOS, brasileiro, casado, residente nesta capital, portador do CPF nº. 700.782.975-91, respectivamente, todos devidamente autorizados por suas Assembléias, nos termos das Cláusulas que seguem, que aceitam e mutuamente se obrigam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PISOS SALARIAIS

1) A partir de 1º de maio de 2025, fica garantido piso salarial, por função, para funcionários com mais de 90 dias consecutivos na mesma Empresa nos seguintes valores:

1.1) Nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional:

a. **R\$ 1.530,00 (Um mil quinhentos e trinta reais)**, para os empregados que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, empacotador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, serventes e similares.

b. **R\$ 1.555,00 (Um mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)**, para os empregados que exercem a função de: caixa, repositor, auxiliar de operações, balconista, auxiliar de serviços gerais, operador de loja e demais funções.

c. **R\$ 1.710,00 (Um mil setecentos e dez reais)**, para os empregados que exercem a função de açougueiro, padeiro e confeitoiro.

1.2) Nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional:

a. **R\$ 1.530,00 (Um mil quinhentos e trinta reais)**, para os empregados que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, empacotador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, serventes e similares.

DS
10RDS

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMDL

b. **R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)**, para os empregados que exercem a função de: caixa, repositor, auxiliar de operações, balconista, auxiliar de serviços gerais, operador de loja e demais funções.

c. **R\$ 1.710,00 (Um mil setecentos e dez reais)**, para os empregados que exercem a função de açougueiro, padeiro e confeitoiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que já tiverem fechado a folha de pagamento de maio de 2025, poderão aplicar as cláusulas econômicas desta convenção a partir do mês junho de 2025, pagando os valores retroativos, respeitando a vigência estabelecida em cada cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados do comércio supermercadista, com salário superior àqueles estipulados como piso salarial da categoria, a partir de 1º de maio de 2025, terão seus salários reajustados com os seguintes percentuais:

- a) O percentual de 4,50% (quatro vírgula cinco por cento) para os empregados que recebem salário base acima do piso da categoria estabelecido na Cláusula Primeira, item 1.2, alínea "a", compensando todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas no período.
- b) Os empregados(as) admitidos(as) em data posterior a 1º de março de 2024 farão jus ao aumento proporcional ao número de meses contados da admissão da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que já tiverem fechado a folha de pagamento de maio de 2025, poderão aplicar as cláusulas econômicas desta convenção a partir do mês junho de 2025, pagando os valores retroativos, respeitando a vigência estabelecida em cada cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA- SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição não eventual, na mesma função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA

A título de quebra de caixa, as empresas pagarão, mensalmente, aos seus empregados que exerçam efetivamente a função de caixa, 10% (dez por cento) do salário mínimo, se o empregado tiver menos de 90 (noventa) dias de tempo de serviço efetivo na mesma empresa e 10% (dez por cento) do respectivo salário para os que possuem tempo de serviço superior.

DS
10RDS

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMDL

Parágrafo primeiro: Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem de seus empregados as diferenças que ocorrerem no caixa.

Parágrafo segundo: Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

Parágrafo terceiro: Obrigam-se os empregadores a não promoverem desconto do salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, que tenham sido sustados ou sem provisão de fundos, desde que observadas às normas da empresa.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA PROVISÓRIA

Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

- a) Gestante - 80 (oitenta) dias, após a licença maternidade.
- b) Pré Aposentado - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem a data para aquisição do direito à aposentadoria voluntária.

Parágrafo único: O empregado perderá o direito a esta garantia se, ao entrar no período aquisitivo de pleitear a aposentadoria, não o fizer.

- c) Afastamento por doença - De 30 (trinta) dias após alta médica para os empregados que tenham sido afastados do trabalho por tempo igual ou superior a 06 (seis) meses e que tenham, neste período, o auxílio-doença previdenciário.

CLÁUSULA SEXTA - UNIFORMES

As empresas, na medida em que exigiam, fornecerão gratuitamente e anualmente, 03 (três) uniformes aos seus empregados, sendo responsáveis pela regulamentação do uso em serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada do empregado(a) permanece de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias, permitida a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas as exigências e formalidades legais e os seguintes itens:

- a) As horas acrescidas em um ou mais dias da semana, serão devidamente compensadas, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.
- b) As horas extras do empregado(a), uma vez não compensadas, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento), de acordo com a Lei.
- c) Os empregadores fornecerão, gratuitamente, um lanche aos seus empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração

DS
10/05

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GNDL

superior a 01:30 (uma hora e trinta minutos).

CLÁUSULA OITAVA - MARCAÇÃO DE PONTO ELETRÔNICA/ VIRTUAL

Os empregadores poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, conforme disposto na Portaria n.º671 do Ministério do Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Os sistemas alternativos eletrônicos não devem admitir:

- I - Restrições à marcação do ponto;
- II - Marcação automática do ponto;
- III - Exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada;
- IV - Alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

Parágrafo Segundo - Para fins de fiscalização, os sistemas alternativos eletrônicos deverão:

- I - Estar disponíveis no local de trabalho;
- II - Permitir a identificação de empregador e empregado; e
- III - Possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e/ou impressa do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado.

CLÁUSULA NONA - ADEQUAÇÃO DA JORNADA - COMPENSAÇÃO

Convencionam as partes, que as horas excedentes da jornada de trabalho diário poderão ser compensadas, mediante concessão de folgas, observando o disposto abaixo:

- 1) A carga máxima de horas excedentes de trabalho será de 02 (duas) horas diárias e 30 (trinta) horas mensais.
- 2) As horas excedentes serão compensadas mediante concessão de folgas que serão dadas obrigatoriamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, zerando assim todas as horas extras com o número equivalente de folgas.
- 3) A concessão de folgas aqui acordadas não impede a obrigatoriedade da folga semanal prevista em lei.
- 4) A compensação decorrente das horas trabalhadas excedentes da jornada diária, até o limite de 02 (duas) horas, dar-se-á com base na correlação, considerando para cada hora de excesso, 01 (uma) hora de folga.
- 5) Os empregadores ficam proibidos de dar folga ao empregado(a) no dia em que estiver escalado para o trabalho, salvo se requisitado pelo próprio empregado(a), e de comum acordo com o empregador.

DS
10/01/25

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMDL

- 6) Na hipótese de impossibilidade das empresas cumprirem o acordado no prazo fixado, ficam obrigadas ao pagamento das horas excedentes trabalhadas e não compensadas, acrescidas do percentual constante nesta convenção coletiva, estabelecido para adicional de horas extraordinárias, devendo o pagamento ser realizado, obrigatoriamente, nos 30 (trinta) dias seguintes ao previsto no item 2 desta cláusula, fechando o sistema a cada 60 (sessenta) dias, como aqui previsto. Em caso do pagamento não ser realizado no mês seguinte ao período de compensação, as horas extras serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA - DIA DO COMERCIÁRIO

No ano de 2026, fica assegurada a Segunda-feira de Carnaval 16 de fevereiro, "DIA DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO SUPERMERCADISTA", não havendo trabalho para os empregados, sem prejuízo da remuneração ou do repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta condição, gozará das seguintes prerrogativas:

- a) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas;
- b) Atendidas as conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares;

Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação, as faltas ao serviço decorrente de realização de exames vestibulares, desde que comprovadas e cientificado o empregador, 48 (quarenta e oito) horas antes.

- c) O empregado estudante deverá apresentar a cada 03 (três) meses atestado de frequência escolar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO

A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios:

- a) Desde que solicitada, a empresa fornecerá Carta de Referência, se o empregado não tiver sido despedido por justa causa;
- b) Os empregados com mais de 45 anos de idade, quando dispensados sem justa causa, e que foram admitidos até 28 de fevereiro de 2004, terão direito a aviso prévio de 60 (sessenta) dias, desde de que tenham mais que 05 (cinco) anos na Empresa. O aviso prévio previsto nesta cláusula não é cumulativo com o aviso prévio legal e, os dias do aviso previstos nesta

DS
10/RS

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GNDL

cláusula que excederem os dias legalmente previstos, não serão utilizados para a contagem de avos para férias, 13º salário e outras vantagens legais, inclusive integração ao tempo de serviço.

- c) As homologações das rescisões contratuais com mais de um ano de vínculo empregatício serão efetuadas preferencialmente no Sindicato laboral, se contiverem ressalvas, deverão estar relacionadas no verso do documento rescisório.
- d) As homologações não realizadas até 30 dias do prazo estabelecido no artigo 477 da CLT, além da penalidade expressa no referido artigo, a empresa pagará multa no valor equivalente a um dia da remuneração do trabalhador, por cada dia de atraso, desde que o atraso seja de responsabilidade da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRIÊNIO

A título de gratificação adicional por tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 3% (três por cento) do respectivo salário, limitado cada triênio ao valor equivalente ao menor piso previsto nesta CCT, cláusula 1ª, item 1.1. alínea “a”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FILIAÇÃO / DIVULGAÇÃO

Os representantes Sindicais, devidamente credenciados, poderão, em dia, hora e local previamente acordado com as empresas, nelas comparecer para filiação de novos sócios.

Parágrafo único: A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DIRIGENTE - SINDICAIS/ RESENTANTE SINDICAL

As empresas que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais, poderão liberar apenas 01 (um), para ficar à disposição do Sindicato dos Empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MULTA

Fica estipulada a multa de um piso salarial constante na cláusula 1ª, letra “b”, desta convenção, para o caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas nesta Convenção, e em caso de reincidência a multa será o dobro do valor, da seguinte maneira:

- a) Cometida por qualquer das entidades convenientes, a multa reverterá em favor da outra.
- b) Se a infração tiver sido cometida por parte das empresas, o valor da multa

DS
10/05/2015

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMDL

será o piso da cláusula primeira alínea “b” multiplicado pelo número de empregados presentes no dia do descumprimento, revertida 50% em favor de cada empregado prejudicado, 50% em favor do sindicato laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TAXA ASSISTENCIAL

Em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Valença Ba:

a.1) O Empregado poderá opor-se, a qualquer tempo, aos descontos previstos nesta cláusula, devendo para tanto comparecer à sede do seu Sindicato e, em formulário apropriado, manifestar a sua livre intenção, sendo assim, as empresas deverão descontar a taxa deduzida dos salários dos empregados e depositar no Banco Bradesco – Agência 3068-6, conta corrente nº 32999-1, ou em formulário próprio, fornecido pelo Sindicato dos Empregados, ou recolher na sua sede, 05 (cinco) dias úteis após a dedução, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e atualização monetária de 3% (três por cento) ao mês, em formulário fornecido pelo Sindicato dos Empregados.

a.2) Conforme autorização de assembleia geral extraordinária, realizadas nos dias 06 a 16 de janeiro de 2025, na forma do edital publicado no jornal A Tarde, edição do dia 13 de dezembro de 2024, página B5, os empregadores descontarão dos salários dos empregados beneficiados por esta Convenção Coletiva de Trabalho, sob o título de taxa Assistencial, o valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais) nos meses de **maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025 e janeiro, fevereiro e março de 2026**. No mês de março de 2026 o valor descontado será de R\$35,00 (trinta e cinco reais).

a.3) Caso alguma empresa ou o SINDSUPER venha a ser demandado judicialmente a restituir a qualquer empregado os valores descontados em razão do cumprimento desta cláusula, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - se obriga a assumir tal dívida, desde que seja previamente comunicado pela(s) empresa(s) ou pelo SINDSUPER, da existência de ação judicial tão logo seja citada/notificada, a fim de que possa ingressar no feito para promover sua respectiva defesa, devendo, ainda, a(s) empresa(s) envolvida(s), em sua(s) contestação(ões), requerer judicialmente a inclusão do sindicato na lide, independentemente de comunicar a entidade extrajudicialmente.

a.4) Caso alguma empresa ou o SINDSUPER venha a ser condenado judicialmente a restituir a qualquer empregado os valores descontados em razão do cumprimento desta cláusula, independentemente do acolhimento do pedido de inclusão do Sindicato na lide, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - ressarcirá o exato valor pago judicialmente pela empresa ou pelo SINDSUPER, ficando estes autorizados a compensar/deduzir, sem necessidade de prévio aviso, o valor da condenação com qualquer crédito destinado ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NO

DS

10/15

DS

CS

DS

ADSDM

Rubrica

GNDL

7

COMERCIO DE VALENÇA -, ainda que decorrente de mero repasse.

Em favor do SINDSUPER:

As empresas filiadas ao SINDSUPER deverão recolher a taxa assistencial Patronal, nos termos da legislação vigente- inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, e com disposição legal na alínea “E” do Art2º do Estatuto do SINDSUPER, sendo o prazo para pagamento até 31 de agosto de 2025, a importância conforme tabela a seguir:

| | | |
|--|---------------|----------------------|
| PARA EMPRESAS QUE NÃO POSSUEM EMPREGADOS | R\$ 100,00 | A VISTA |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DE 01 À 10 EMPREGADOS | R\$ 319,00 | Parcelamento até 03x |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DE 11 À 50 EMPREGADOS | R\$ 797,50 | Parcelamento até 03x |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DE 51 À 100 EMPREGADOS | R\$ 1.595,00 | Parcelamento até 03x |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DE 101 À 500 EMPREGADOS | R\$ 2.392,50 | A VISTA |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DE 501 À 1000 EMPREGADOS | R\$ 6.380,00 | A VISTA |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DE 1001 À 2000 EMPREGADOS | R\$ 9.570,00 | A VISTA |
| PARA EMPRESAS QUE POSSUEM MAIS DE 2000 EMPREGADOS | R\$ 16.675,00 | A VISTA |

Paragrafo Primeiro: Só terão direito a votos nas assembleias gerais patronais os associados que estejam quites com as taxas assistenciais ou contribuições sindicais em favor do Sindicato dos Supermercados e Atacados de Auto Serviço do Estado da Bahia. Conforme disposto nas alíneas “A” e “F” do artigo sexto do Estatuto do SINDSUPER.

Parágrafo Segundo – Os valores a serem recolhidos serão pagos através de boleto bancário enviado previamente ou Chave Pix CNPJ 01.573.537/0001-03 em nome do Sindicato dos Supermercados e Atacados de Auto Serviço do Estado Bahia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LOCAL PARA AMAMENTAÇÃO

As empresas que contarem, por loja, com mais de 30 (trinta) empregados do sexo feminino, com idade superior a 16 (dezesesseis) anos, obrigam-se a manter local destinado a guarda dos respectivos filhos em idade de AMAMENTAÇÃO, facultado o convênio com creches.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

As empresas fornecerão aos seus empregados recibos de remuneração mensal discriminando todas as verbas.

DS
10/08/25

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMDL

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por facultativos do Sindicato dos Empregados, em razão da existência de Convênio com Instituto Nacional do Seguro Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REFEIÇÃO

As empresas que possuem acima de 399 (trezentos e noventa e nove) empregados a nível nacional, e possuírem um mínimo de 08 (oito) empregados por estabelecimento, fornecerão alimentação aos seus empregados através do sistema de refeição convênio (ticket de refeição ou alimentação) sem natureza salarial, com valor diário não inferior a R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos).

Parágrafo primeiro: As empresas que possuem acima de 399 (trezentos e noventa e nove) empregados a nível nacional e possuírem no máximo oito empregados por estabelecimento, fornecerão a título de vale alimentação nos meses de julho e dezembro de 2025, o valor de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis), para empregados contratados com mais de 90 (Noventa) dias, sendo que este valor não terá natureza salarial, mas indenizatória.

Parágrafo segundo: As empresas com até 399 (trezentos e noventa e nove) empregados a nível nacional fornecerão a título de vale alimentação nos meses de julho e dezembro de 2025, o valor de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis), para empregados contratados com mais de 90 (Noventa) dias, sendo que este valor não terá natureza salarial, mas indenizatória.

Parágrafo terceiro: As empresas que preferirem, podem, ao invés de fornecer ticket refeição aos empregados, fornecer esse benefício através de refeitórios, cestas básicas ou de refeições prontas e, neste caso, comprometem-se a fiscalizar a qualidade da refeição servida dentro de padrões nutricionais adequados e suficientes à manutenção da saúde do trabalhador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTO DE MENSALIDADE

As empresas descontarem dos seus empregados, que assim solicitarem por escrito, as mensalidades sindicais, recolhendo-as na conta corrente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA-BA Banco Bradesco- Agência 3068-6, conta corrente nº 32999-1 no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o respectivo desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EXAMES MÉDICOS

As empresas fornecerão aos seus funcionários cópias dos respectivos atestados de saúde ocupacional (ASO), além de cópias dos exames complementares.

DS
10RDS

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GND

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PREVENÇÃO

O SINDSUPER, em parceria com o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA-BA, compromete-se a realizar campanhas e atividades informativas e preventivas sobre as doenças ocupacionais, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, etc., mediante calendário anual, que deverá ser de conhecimento prévio de todos os envolvidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - POLÍTICA DE EMPREGO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As partes aqui convencionadas instituem nesta data uma comissão paritária objetivando, a formulação de propostas e projetos para o estabelecimento de uma política de geração de empregos, requalificação profissional, ações sociais e temas de interesse das categorias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os empregadores se obrigam a não aceitar no interior de suas lojas, empregados de outras empresas sem carteira assinada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SEGURO OBRIGATÓRIO

As empresas concederão seguro obrigatório, por acidente ou morte, para os empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTAS

As empresas não farão descontos nos salários dos empregados quando deixarem de comparecer ao serviço, desde que apresentem documentos que comprovem as seguintes situações:

- 1) Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendentes, irmãos, ou pessoa declarada como sua dependente econômica;
- 2) Até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- 3) Até 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de nascimento do filho;
- 4) Por 01 (um) dia, a cada 12 (doze) meses, em caso de doação de sangue;
- 5) Até 02 (dois) dias, em caso de alistamento eleitoral.
- 6) Assegura-se o direito à ausência remunerada e sem prejuízo nas férias, de 01 dia por ano, ao empregado a fim de levar o filho ou dependente previdenciário de até 10 anos de idade ao médico ou acompanhar o internamento do mesmo, mediante comprovação no prazo de 24 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS

As empresas, através do seu Departamento Jurídico, prestarão assistência jurídica aos seus empregados que, no exercício da função de vigia, praticarem atos que levem a responder ação penal, desde que respeitadas às normas de segurança e de conduta estabelecidas pela empresa.

DS
10RDS

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMDL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As entidades subscritoras dessa Convenção Coletiva de Trabalho reconhecem e incentivam a igualdade de oportunidades para todos, no acesso à relação de emprego ou na sua manutenção, independente do sexo, origem, raça, cor, estado civil, religião e situação familiar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS AOS DOMINGOS

Fica autorizado o funcionamento das empresas nos dias de domingo, nas condições:

Parágrafo primeiro: Os empregados (que forem escalados para o labor em dias de domingos, receberão ticket refeição ou alimentação, da seguinte forma:

a) R\$ 40,00 (quarenta reais) nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional.

Parágrafo segundo: As empresas com menos de 599 (quinhentos e noventa e nove) ficaram isentas do ticket alimentação.

Parágrafo terceiro: O ticket alimentação, concedido nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial, e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo quarto: Fica assegurado aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas aos domingos, a compensação das horas efetivamente trabalhadas na folga da semana subsequente, previamente estabelecida na escala de revezamento.

Parágrafo quinto: Nenhum empregado estará obrigado a trabalhar em 03(três) domingos consecutivos, devendo ser respeitado o interregno de 01(um) domingo de descanso a cada 02(dois) domingos trabalhados consecutivamente, entre os domingos em que houver funcionamento da empresa.

Parágrafo sexto: No caso das lojas situadas nos shoppings centers os supermercados seguirão os horários de abertura dos shoppings.

Parágrafo sétimo: A jornada de trabalho dos empregados nos domingos será somente até as 13:00 horas para quaisquer estabelecimentos, independente do número de funcionários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS NOS FERIADOS

Fica autorizado o trabalho nos feriados municipais, estaduais e federais,

DS
10RDS

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
ENDC

com exceção dos dias: 24/06 - São João, 25/12 - Natal, 01/01 - Confraternização Universal, nas condições abaixo discriminadas:

Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dia de feriados receberão a título de ticket refeição ou Vale Alimentação no seguinte:

a) R\$ 28,90 (vinte e oito reais e noventa centavos) nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional;

b) R\$ 54,60 (cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional.

Parágrafo terceiro: O ticket alimentação, concedido nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo quarto: Fica assegurado aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas nos dias de feriado, a compensação das horas efetivamente trabalhadas em folga a ser concedida no período máximo de 30 dias após o dia do feriado trabalhado, previamente estabelecida na escala de revezamento, sob pena do pagamento da dobra correspondente, na forma da lei.

Parágrafo quinto: A jornada de trabalho dos empregados nos feriados será somente até as 13:00 horas para quaisquer estabelecimentos, independente do número de funcionários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – VALE TRANSPORTE

As empresas se obrigam a fornecer os vales transportes aos (as) seus (as) empregados (as), conforme determina a legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos dias em que o (a) empregado (a) tiver que trabalhar fora de sua escala normal de trabalho será fornecido o vale-transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica possibilitado, até que sobrevenha nova convenção, o pagamento do vale transporte em espécie, sem que tal valor integre ou se constitua em verba salarial, para qualquer efeito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DATA BASE

Fica mantida a data base da categoria para 1º de março, vigorando esta Convenção Coletiva de 1º de março de 2025 até 28 de fevereiro de 2026.

Parágrafo Primeiro: As entidades subscritoras desta Convenção poderão, a qualquer tempo, na forma lei, desenvolver negociações sobre as cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

DS
10/10/25

DS
CS

DS
ADSDM

Rubrica
GMD

Parágrafo Segundo – Fica acordado que o prazo de validade estabelecido no caput desta cláusula será prorrogado até a celebração de nova convenção, com a manutenção das cláusulas com garantias laborais e patronais, respeitando o prazo limite de 02 (dois) anos, consoante o dispositivo no artigo 614, parágrafo 3º da CLT.

Parágrafo Terceiro – Os respectivos sindicatos subscritores desta convenção coletiva de trabalho, negociarão a partir de março/2026 as cláusulas econômicas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA FINALIZAÇÃO

O presente documento será assinado na modalidade de Assinatura Eletrônica, ficando justo e acertado: partes: confirmo, via assinatura eletrônica, nos moldes do art. 10, da MP nº 2.200-2/2001, que estou de acordo com o presente documento, e, por estar plenamente ciente do seu conteúdo, reafirmo meu compromisso de observar e fazer cumprir as cláusulas aqui estabelecidas.

Salvador, 12 de maio de 2025.

Assinado por:

GABRIEL NASCIMENTO DA COSTA

CBDFEEA8B184EC...

Gabriel da Costa Nascimento

Presidente do SINDSUPER-SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA.

DocuSigned by:

IGOR OLIVEIRA ROSENO DA SILVA

C7B9CF4231145B...

Igor Roseno

Advogado Sindsuper - SINDSUPER-SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA.

DocuSigned by:

Adesôn da Silva de Matos

1AD843B02DDF4C8...

Adesôn da Silva de Matos

Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - BA.

DocuSigned by:

CRESCÊNCIA SANTANA

2A48B79C858D48E...

Dr. Crescência Santana

ADVOGADO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE VALENÇA